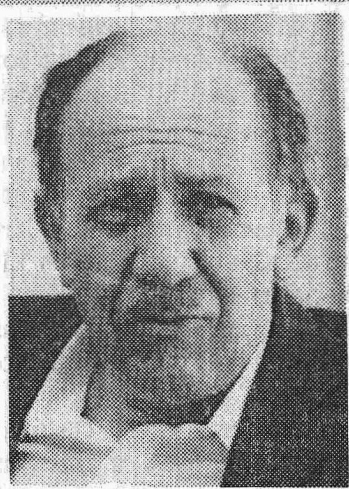


■ Paul Singer

Não foi criado
no país nenhum
mecanismo que
alinhe os preços
e os salários



Estamos repetindo a curva da inflação de 1990. A inflação, em 90, atingiu seu ponto mais baixo em maio. O choque ocorreu em março, a verdadeira deflação aconteceu na segunda quinzena de março e abril, mas isso, pela própria mecânica de medição dos índices, só se refletiu com atraso no índice de maio. Em junho do ano passado, tivemos a mesma aceleração, incrivelmente semelhante. As curvas se sobrepõem de uma maneira impressionante. Não sou profeta, mas, se essa coincidência prosseguir, chegaremos a 20% de inflação em dezembro, exatamente o nível de dezembro de 1990.

A grande questão é saber porque o comportamento da inflação está se repetindo. Discordo da ênfase que se dá ao ajuste fiscal. Não vejo nenhuma razão do lado fiscal que justifique a aceleração da inflação. Não houve nenhum aumento dos gastos públicos, nem no nível federal, nem no nível estadual, e tampouco no nível municipal. Houve, sim, um arrocho salarial muito forte, entre fevereiro

e abril, e o auge da recessão que vinha desde setembro. Agora, está havendo um alívio, com uma pequena reposição das perdas salariais e o reaquecimento da atividade econômica. Vemos também o aumento do nível de emprego.

Como a situação social era quase explosiva nos primeiros meses deste ano, esse alívio é altamente bem-vindo. Mas ele tem efeitos de aceleração inflacionária quase lógicos e inevitáveis. Por quê? Infelizmente, não se criou no país nenhum mecanismo de alinhamento de preços e salários. Esse é o objetivo das câmaras setoriais — continuo achando uma idéia muito boa, mas que não saiu do papel. As câmaras setoriais permitiriam que a inflação se autocorrigisse, alinhando os aumentos de preços e de salários. A única forma de desacelerar a inflação é tornar cada vez menor a distorção dos preços relativos. Essa é a questão, e não o ajuste fiscal. Os dados concretos da execução fiscal não explicam de forma alguma a aceleração da inflação.